



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Mem. PL-CNATFIS/N.º29/2020

Pelotas, 05 de agosto de 2020

De: Luciano Pereira Luduvico

Coordenadoria da Disciplina de Física

Para: Carlos Jesus Anghinoni Correa

Direção-Geral do Câmpus Pelotas - Campus Pelotas

Rafael Krolow Santos Silva

Diretoria de Ensino - Campus Pelotas

Renato dos Santos Rosa

Departamento de Ensino de Formação Geral - Campus Pelotas

Assunto: **Resposta ao memorando PL-DIRGER/N.º143/2020**

Prezados

De acordo com a análise do exposto na última versão do documento “DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS NO IFSUL ADOTADAS EM RAZÃO DA PANDEMIA (COVID-19)” a Coordenadoria de Física vem se manifestar.

- **Considerando** a manifestação dada por essa coordenadoria no MEMO/PL-CNATFIS/N.º27/2020, onde foram sugeridas alterações no documento, discutido a desaprovação do tempo aligeirado para as discussões do mesmo e debatido os pontos norteadores básicos da coordenadoria para a discussão de diretrizes para um possível ensino remoto, em específico os itens:

I - Considerar curva de ascensão da doença em nossa região, o que inviabiliza atividades no Câmpus.

II - Considerar aspectos levantados pela COE-E local, especialmente pelos representantes da área de saúde pública e epidemiologia na tomada de decisões.

III - Qualquer atividade deve levar em consideração os dados da pesquisa realizada no Câmpus Pelotas.

IV - Considerar a ausência de um protocolo de uso do Câmpus, pois muitos servidores podem necessitar usar as dependências da instituição para o preparo de atividades e para prover condições tecnológicas para desenvolver as atividades remotas e promover a inclusão de alunos com dificuldades de acesso à tecnologia.

VII - Levar em conta a redução da força de trabalho em razão do enquadramento de colegas em grupos de risco da COVID-19 na análise da viabilidade da realização das atividades.

- **Considerando** os item expostos no título Valores do IFSul, presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 onde “o IFSul se reconhece como instituição pública, gratuita e laica e se baliza pelos seguintes valores, calcados nos seus princípios previstos no Estatuto”, em especial:

- “JUSTIÇA SOCIAL, EQUIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: compromisso com a prática da justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão

democrática”

- “DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: compromisso com a educação inclusiva, com a permanência de discentes e com o processo educacional emancipatório”

- **Considerando** o exposto no Parecer 617 do MEC de 03/08/2020, onde se destaca no Art. 1º

“As instituições integrantes do sistema federal de ensino de que trata o art. 16 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 20 da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, ficam autorizadas, em caráter excepcional, a suspender as aulas presenciais ou substituí-las por atividades não presenciais nos cursos de educação profissional técnica de nível médio em andamento até 31 de dezembro de 2020, a depender de orientação do Ministério da Saúde e dos órgãos de saúde estaduais, municipais e distrital, na forma desta Portaria.”

e no Art. 2º § 2º

“Será de responsabilidade das instituições de que trata o caput do art. 1º desta Portaria a definição das atividades curriculares a serem substituídas, a disponibilização de ferramentas e materiais, as orientações e o apoio para o acompanhamento e o desenvolvimento dos estudantes, bem como a realização de avaliações, quando couber, durante o período da autorização de que trata o caput.”

o qual se interpreta uma responsabilização da instituição de fornecer condições materiais quando da opção de uma atividade pedagógica não presencial.

- **Considerando** o exposto no Art. 17 das DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS NO IFSUL ADOTADAS EM RAZÃO DA PANDEMIA (COVID-19)

“ Em caso de impossibilidade de acesso aos recursos de tecnologia da informação, os câmpus e ou CREPT poderão destinar um espaço para e estudantes visando o desenvolvimento das APNP, sem prejuízo à responsabilidade da instituição de oferta dos recursos tecnológicos.”

o qual se pode levar a uma interpretação de utilização das dependências do campus para o cumprimento do exposto no Art. 2º § 2º do Parecer 617 do MEC de 03/08/2020.

Ainda que no § 2º conste que:

“Fica garantida a autonomia dos Câmpus, atendendo o disposto no parágrafo anterior, para deliberar sobre a abertura ou não das dependências para o desenvolvimento das APNP”

nos parágrafos seguintes se afirma que :

“§ 3º. Após esgotadas todas as alternativas de disponibilidade virtual das atividades, os estudantes sem acesso a recursos tecnológicos poderão acessar as dependências do Câmpus ou CREPT, para uso de computadores ou para retirada de materiais didáticos impressos ou mídias, conforme agendamento pelos setores de ensino dos Câmpus, minimizando prejuízos ao processo de ensino e aprendizagem.”

“§ 4º. Aos estudantes que não tiverem a possibilidade de realizar as atividades não presenciais com mediação de tecnologias digitais, o IFSul poderá verificar meios para disponibilizar o material físico nas cidades onde esses estudantes residem.”

“§ 5º. Os estudantes, sem acesso a recursos tecnológicos digitais, poderão acessar às dependências do Câmpus ou CREPT para uso de computadores, exclusivamente para realização de tarefas enviadas de forma remota, sem acompanhamento pedagógico presencial de docentes.”

Voltando a se considerar essa possibilidade de forma real em caso de necessidade do cumprimento das demandas das APNPs.

- **Considerando** que não há Plano de Contingência no IFSul, ao contrário dos demais institutos do RS que estão adotando ou em fase avançada de discussão do ensino Remoto, como se pode verificar em seus sites institucionais:

<https://www.iffarroupilha.edu.br/ultimas-noticias/item/17821-iffar-divulga-plano-de-conting%C3%Aancia-do-novo-coronav%C3%ADrus-covid-19>

<https://ifrs.edu.br/ifrs-lanca-o-plano-de-contingencia-para-prevencao-monitoramento-e-controle-da-covid-19/>

Acarretando um risco para os servidores e, possivelmente, alunos que precisarão ir ao campus para dar ou ter suporte para realização das APNPs.

- **Considerando** a falta ainda de um plano estratégico de como se poderia ter um plano de inclusão digital dos alunos que não possuem acesso à internet, como análises brutas das pesquisas com estudantes já mostraram.

- **Considerando** a necessidade de uma revisão, por órgão ou comissão própria, da harmonia entre as normativas internas e externas ao IFSul e o texto das Diretrizes apresentadas, como, por exemplo, realizado pelo IFRS, como consta em <https://ifrs.edu.br/consup-reuniao-ocorre-dia-6-de-agosto/>, em específico no texto:

“a proposta de regulamento (das atividades pedagógicas não presenciais nos cursos técnicos e superiores do IFRS) seguiu para parecer de duas comissões do Consup: **Comissão de Legislação, Normas, Regimentos, Redação e Recursos** (grifo nosso) e Comissão de Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação e Títulos. A partir daí, os conselheiros avaliaram e as comissões emitiram pareceres.”

Nestes termos, a Coordenadoria de Física se posiciona de forma contrária à aprovação pelo CONSUP do documento “DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS NO IFSUL ADOTADAS EM RAZÃO DA PANDEMIA (COVID-19)” em sua forma atual e sugere que ele seja revisto e aberto para uma discussão ampla na comunidade de forma a construirmos uma possibilidade de APNPs de forma razoável, com tempo de maturação de ideias e organização pedagógica. Entende-se essas decisões como processos, em que fases de formulação de ideias não podem ser aligeiradas ou resumidas. Precisam ser discutidas de acordo com a complexidade que possuem, garantindo a oferta da educação de qualidade que marca a história de nossa instituição a todos os nossos alunos.

Atenciosamente,

Luciano Pereira Luduvico

Coordenadoria da Disciplina de Física

Autenticação N°. 8879c55e797377f29733130516524b91